

A FALSA GENEROSIDADE PARA A GESTÃO DAS TENSÕES ESPACIAIS – A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) E A CIDADANIA NEOLIBERAL

THE FALSE GENEROSITY FOR THE MANAGEMENT OF SPATIAL TENSIONS – THE CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY (CSR) AND THE NEOLIBERAL CITIZENSHIP

LA FALSA GENEROSIDAD PARA LA GESTIÓN DE LAS TENCIONES ESPACIALES – LA RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA (RSC) Y LA CIUDADANÍA NEOLIBERAL

Thiago Adriano Machado¹
machado.ta@gmail.com

Resumo

A *falsa generosidade* é um conceito elaborado por Paulo Freire para tratar da relação solidária do opressor para com o oprimido no objetivo de reproduzir a relação de opressão. O argumento deste trabalho é, pois, o de que a *responsabilidade social empresarial* é uma forma contemporânea de falsa generosidade, estreitamente associada à gestão das tensões espaciais, visto as barreiras espaciais à acumulação do capital contemporânea que demandam o que David Harvey apresenta como ajuste espacial. O ambiente neoliberal que nutre essa prática tem por mecanismo o controle da produção/reprodução da vida como forma de maximizar a eficiência disciplinar sobre os oprimidos, ampliando a margem de produção da mais-valia. Para tanto, constitui-se a fetichização da liberdade e da igualdade, assim como do próprio espaço do homem, construindo-se aquilo que Karel Kosik chama de “mundo da pseudoconcreticidade”, o que, por fim, impossibilita uma política democrática das tensões espaciais.

Palavras-chave: Responsabilidade social empresarial. Gestão das tensões espaciais. Falsa generosidade.

ABSTRACT

The *false generosity* is a concept elaborated by Paulo Freire to regard the solidarity relation from the oppressor to the oppressed in order to reproduce the oppression relation. The argument of this paper is then that corporate social responsibility is a contemporary form of false generosity, closely associated to the management of spatial tensions, insofar there are so many spatial barriers to contemporary capital accumulation that demands what David Harvey shows as spatial fix. The neoliberal environment that foster this practice has as mechanism the control of life's production/reproduction as a way to maximize the disciplinary efficiency over the oppressed, widening the production of surplus-value. For this purpose constitutes the fetishization of liberty and equality as well as of man's own space, building up what Karel Kosik treats as “world of pseudoconcreteness” what therefore blocks a democratic politics of spatial tensions.

Keywords: Corporate social responsibility. Management of spatial tensions. False generosity.

¹Mestrando em Geografia da Universidade Federal Fluminense

RESUMEN

La *falsa generosidad* es un concepto desarrollado por Paulo Freire para hacer frente a la relación de solidaridad de los opresores a los oprimidos a fin de reproducir las relaciones de opresión. El argumento de este trabajo es, pues, que la responsabilidad social corporativa es una forma contemporánea de falsa generosidad, estrechamente relacionada con la gestión de las tensiones espaciales, dada las barreras espaciales a la acumulación contemporánea de capital que demandan lo que David Harvey muestra cómo solución espacial. El entorno neoliberal que nutre esta práctica tiene el mecanismo de control de la producción/reproducción de la vida como una manera de maximizar la eficiencia de la autoridad disciplinaria sobre los oprimidos, lo que aumenta el margen de la producción de plusvalía. Para ello, constituye una fetichización de la libertad y la igualdad, así como de lo propio espacio del hombre, la construcción de lo que Karel Kosik llama "el mundo de la pseudoconcreticidad", que en última instancia, impide una política democrática de las tensiones espaciales.

Palabras Clave: Responsabilidade social corporativa. Gestão de las tensiones espaciales. Falsa generosidad.

1. O Fetiche da Falsa Generosidade

Desvelar as contradições presentes no discurso da *responsabilidade* das empresas demanda um grave esforço metodológico, tendo em vista a força que o senso comum emprega para construir e efetivar essa *psicosfera* funcional à reprodução ampliada do capital, forjando novos ordenamentos político-institucionais e territoriais. Tal esforço metodológico é como chama Karel Kosik (1976), um *détour*, que parte dos aspectos fenomênicos para a essência da coisa, da práxis fragmentária para a práxis humana, é um desvio dialético em busca da concreticidade do real.

A realidade tal como apresentada, uma fábula, é o mundo enquanto *pseudoconcreticidade*, separação entre existência real e forma fenomênica, é o mundo da práxis fetichizada, da representação e seu movimento ideológico, é o mundo dos objetos naturalizados, onde as coisas são tomadas como dadas (Kosik, 1976). O aspecto principal da pseudoconcreticidade não é a existência por si mesma do fenômeno, mas a independência com a qual ele é apresentado e a que Marx atribuiu como o mundo das aparências, o qual, apesar de não ser o mundo real, apresenta a consistência e a validade deste.

É para empreender a destruição da pseudoconcreticidade que Marx emprega a dialética, e a apresenta a partir da *mercadoria*, a qual, na sociedade capitalista, é “a forma elementar” da produção de riqueza. A práxis fetichizada, que se generaliza pela totalidade social, se concretiza na sua “forma elementar”, e é por isso que Marx fala do *fetiche da mercadoria*, no qual as relações sociais e os trabalhos privados aparecem enquanto “relações sociais entre coisas e relações materiais entre pessoas” (Marx, 2008 – p. 95). De tal forma, “os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual” (Marx, 2008 – p. 117), é, portanto, a reificação do conjunto material da sociedade, tal como a

elevação das representações ao nível dos conceitos, a elaboração do *pensamento comum*, forma ideológica da ação humana.

O pensamento burguês, que desde o século XVIII orbita em torno de três valores fundamentais, os quais sejam a liberdade, a individualidade e a igualdade (jurídica), conforma o *racionalismo* como forma de pensar dominante da burguesia desde então (Goldmann, 1967). Tais princípios encontravam contexto na transição do feudalismo para a sociedade burguesa, a qual demandava por meio deles a institucionalização da propriedade privada. Ocorreram na separação do sujeito e do mundo, de modo que o *racionalismo* significava “a ruptura dos laços entre o indivíduo de um lado e o universo e a comunidade humana do outro” (Goldmann, 1967), autonomizando e atomizando o indivíduo no que tange qualquer relação com outros homens e com a natureza.

Tais valores da sociedade burguesa, que se forjam a partir daí, não são fatalidade. Ao contrário, conjugam-se na construção do mundo da pseudoconcreticidade para efetivar o desenvolvimento da sociedade capitalista. A aparente igualdade – individualidade – liberdade esconde as contradições da luta de classes, inerentemente assimétrica e desigual, ao esconder a contradição entre a produção e a troca. Aí jaz o segredo da mais-valia, motor do mundo capitalista. Ora, se a troca só se dá entre valores equivalentes, entre indivíduos “iguais”, entre o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário, como pode o capital produzir mais valor? É na produção por meio do trabalho assalariado, aquele suficiente para a força de trabalho se reproduzir enquanto tal, que encontramos a concreticidade da contradição. Se a igualdade só se dá no mercado é a ele que se restringe também a liberdade, que em face da contradição entre troca/produção realiza-se na verdade como liberdade para explorar e para ser explorado.

Contudo, tal contradição não atinge somente os trabalhadores, mas age também sobre os capitalistas individuais por meio da coerção à competição. O princípio da acumulação já não procura justificativa ou legitimação, ao passo que o capitalista individual passa a desempenhar o papel institucionalizado do capital ao internalizar a busca do lucro a todo custo (Harvey, 1982). É daí que Marx parte para a sua teoria das classes sociais. O exaurimento potencial da força de trabalho, dadas as condições de competição desenfreada, levam os capitalistas a se organizarem em classe para controlarem o ímpeto do lucro, preservando o mínimo vital da força de trabalho (fonte de valor); e impele os trabalhadores a se organizarem como forma de atuarem na luta de classes. Essa motivação da organização em classe apresenta a nebulosa relação entre o que é conquista dos trabalhadores e concessão dos capitalistas, de forma que nos permite verificar uma “solidariedade” permanente do capital com vistas a reproduzir a força de trabalho.

Tal solidariedade do capital, portanto, é por vezes a argamassa da relação de opressão que se efetiva como forma de dominação. Paulo Freire (2005) a chama de *falsa generosidade*, ação que parte dos interesses egoístas, camuflados, fazendo dos oprimidos objetos do *humanitarismo* dos opressores, instrumento de desumanização. Os efeitos dessa falsa generosidade são

MACHADO, T.A. A falsa generosidade para a gestão das tensões espaciais – a responsabilidade social empresarial (RSE) e a cidadania neoliberal. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº1 p.65-79, jan./jul. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geoeuce>

geralmente a *auto-desvalia* do oprimido, negação aparentemente voluntária de si enquanto sujeito; o *fatalismo* diante das dificuldades resultantes da relação de opressão, docilização dos oprimidos na crença de um destino infeliz; a *atração pelo padrão de vida do opressor*, já que este é o parâmetro de homem oposto ao da auto-desvalia; e, por fim, a *introjeção do opressor no oprimido*, de forma a que se realize a violência horizontal entre oprimidos.

James Scott (2000), em “Los dominados y el arte de la resistência”, também trata dessa “adesão” dos oprimidos ao discurso e hábitos dos opressores, tais como os atos de *deferência* e a *dominação dentro da dominação*, que, apesar de serem efeitos da força da dominação, podem também ser meios de resistência ao agirem sobre as concessões da linguagem oficial e o espaço para interpretações diversas que toda ideologia tem. É o que Terry Eagleton (1997 – p. 58) chama de *contradição performativa* entre o que fazem e o que dizem os membros de um determinado grupo, característica razoável, desse modo, ao discurso público tanto dos opressores quanto dos oprimidos, e que, no caso destes últimos, apesar de funcional aos primeiros, serve de tática de sobrevivência ao tornar o sofrimento mais tolerável.

De certo que há na história diversas formas de opressão e de falsa generosidade (inclusive pré-capitalistas), e, por conseguinte, de resistência e de luta por parte dos oprimidos, mas o que aqui tento empreender é a reflexão acerca da responsabilidade social empresarial como forma contemporânea de falsa generosidade. Para tanto, a investigação sobre a generosidade, partindo do conceito construído por Paulo Freire, nos leva à tríade justiça – solidariedade – generosidade.

De quais conceitos a RSE toma parte para a construção ideológica de um capitalismo humanizado? Certamente a justiça – *jus* – foi sempre utilizada em nome da cidadania de alguns em detrimento de outros, mas para isso foi sempre uma justiça fragmentada na *legalidade*, sedimentando o mundo formalista da pseudoconcreticidade que legitima e protege a propriedade privada. Enquanto isso a justiça como valor (igualdade – equidade) foi empregada como igualdade no reino das trocas, fetichizada na igualdade entre coisas e não entre pessoas. Mas como resguardar a justiça, esta virtude que Aristóteles considerou a “virtude completa”? Como já o disse Pascal, “a justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirania”, e, portanto, juntar a força e a justiça é tarefa da política (Comte-Sponville, 1999).

Ademais a nossa necessidade de justiça, principalmente de uma justiça *justa*, a história da falsa generosidade sempre esteve junta aos artifícios jurídicos da opressão, redutores contumazes do espaço político. É efeito de uma solidariedade orgânica entre burguesia e trabalhadores, entre opressores e oprimidos, o que leva André Comte-Sponville a perguntar: “solidariedade é ser solidário a quem?”. Ora, ser solidário é pertencer a um conjunto *in solido* (do latim) – pertencer para o todo, ou seja, solidez de um grupo. A solidariedade é uma comunidade de interesses, o que abre então margem para vê-la como ato “corporativista” – inclusive de grupos em resistência.

Desse modo, quando as empresas são solidárias em seus programas de responsabilidade social elas estão sendo solidárias a quem? Comte-Sponville trata a solidariedade como

MACHADO, T.A. A falsa generosidade para a gestão das tensões espaciais – a responsabilidade social empresarial (RSE) e a cidadania neoliberal. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº1 p.65-79, jan./jul. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geoeuce>

interessada demais para ser uma virtude – o que nos leva a perguntar: quais os interesses dessa solidariedade realizada pelas empresas? A minha hipótese é que há, indubitavelmente, uma solidariedade de classe interessada na manutenção da ordem social, mas que mirando nos seus objetivos se traveste de generosidade. Caso tomemos como exemplo a teoria do *stakeholder* (todos os grupos envolvidos e/ou impactados pelas empresas) há aí, inclusive, uma solidariedade “imposta” pela prática da responsabilidade social, pondo em prática uma cooperação voltada à reprodução ampliada do capital.

A verdadeira generosidade, segundo Paulo Freire, é aquela que acredita no oprimido como sujeito de sua própria libertação e que estabelece com ele uma relação dialógica. “A generosidade só é verdadeiramente generosa desde que vá além do interesse, ainda que bem compreendido, ainda que compartilhado – logo, contanto que vá além da solidariedade!” (Comte-Sponville, 1999 – p. 71). Ainda que a solidariedade possa motivar, suscitar e reforçar a generosidade. Esta é a virtude do dom, dom do dinheiro – liberalidade; dom de si – magnanimidade (grego *megalpsuchia* – grandeza de espírito).

A falsa generosidade é, portanto, solidariedade opressora travestida de generosidade. Recorre não somente ao altruísmo da magnanimidade, mas também à cidadania da justiça, ao direito institucionalizado. É mais do que uma solidariedade interessada, pois a solidariedade para a luta contra a opressão também o é, mas especialmente uma solidariedade interesseira, que ideologizando o humanismo da construção coletiva do *ser mais* (humanização dos homens), forja uma práxis fetichizada dos humanitarismos.

A investigação que aqui segue se propõe à compreensão da falsa generosidade contemporânea, inserindo aí além de outras práticas a responsabilidade social das empresas, em que pese a dimensão atual desse fenômeno e a importância que ele tem exercido para gerir as tensões frente à acumulação do capital.

2. A Biopolítica da Cidadania Neoliberal

O papel desempenhado pela responsabilidade social, e as demais formas de solidariedade do capital, pode ser compreendido a partir da abordagem de inspiração foucaultiana da passagem da soberania para a sociedade disciplinar e, posteriormente, para a sociedade biopolítica ou de controle. À teoria política baseada no Rei, emblematizada em “O Príncipe” de Maquiavel e centrada na obediência à lei, vimos suceder nos séculos XVII e XVIII um novo mecanismo de poder especificamente burguês, almejando uma tecnologia política que preze pela eficiência disciplinar sobre os indivíduos (Foucault, 1979).

Essa sociedade disciplinar buscava, à medida que o capitalismo se desenvolvia, extrair dos corpos tempo e trabalho numa economia de poder que deve propiciar “o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (Foucault, 1979). Na

linguagem marxista corresponde ao período em que se casavam as estratégias de acumulação primitiva de capital, liberando força de trabalho e terra, com o disciplinamento do trabalho para a maior extração de mais-valia absoluta. Tal disciplina se dava pelas arquiteturas de confinamento – casa/família; escola; caserna; fábrica – onde se implementava o discurso normalizador ao invés da obediência à regra, o discurso do “este aqui é o seu lugar”.

A falsa generosidade se aliava à disciplina com vistas à constituição do bom operário – ofertando tempo e trabalho – estando este sob o controle do industrial. O espaço arquitetural que aqui desempenha esse papel é o da vila operária, disciplinando o trabalhador por meio da concessão de moradia, hospital e escola para os filhos. A proximidade da vila operária com a fábrica estendia para a moradia os mecanismos disciplinares de tempo – aos toques dos apitos/sirenes das trocas de turno – e de classificação por meio da padronização das residências da vila segundo a posição hierárquica do operário na fábrica ou cultura específica (no caso dos imigrantes). Era, desse modo, estabelecida uma relação paternalista entre o industrial e os operários numa época de pouca ou nenhuma regulamentação trabalhistas, de modo que o patrão era também um benfeitor, um homem bom, cujos “favores” estavam impregnados da custódia da moral cristã.

As vilas operárias serviam também como forma de coerção à não adesão dos operários às organizações sindicais, pois a punição dada ao trabalhador não se resumia à perda do emprego, mas também da moradia e de toda a infraestrutura social ali oferecida. É o que assinala Foucault (1987) ao afirmar que “a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é, com o mínimo ônus, reduzida como força ‘política’ e maximizada como força útil”. Ou seja, a solidariedade construída dentro dos muros da vila operária mirava à máxima docilização e utilidade dos corpos, o que corresponde à máxima extração de mais-valia absoluta.

A sociedade disciplinar é tipicamente uma sociedade moderna, industrial, e que à medida que se desenvolvem as novas tecnologias e que as lutas no campo social alteram a negociação em torno do bem-estar social as técnicas de dominação se voltam cada vez mais para um controle “ao ar livre”, um controle para além dos espaços arquiteturais de confinamento (DELEUZE, 1992). Desenvolve-se, portanto, a biopolítica, como prefere Foucault, ou a sociedade de controle, mais utilizada por Gilles Deleuze. No biopoder o que está em jogo é a produção e reprodução da vida, a administração da vida, de modo a ampliar a eficiência da disciplina. Foucault deixa evidente a forma como a biopolítica serve ao controle dos indivíduos para além do domínio da consciência:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico (Foucault *apud* Hardt & Negri, 2001 – p. 46).

A sociedade de controle ganha força com o fim da II Guerra Mundial e a instauração do Estado do bem-estar social e todos os artifícios de produção e reprodução da vida, aí decorrentes.

Fundamentalmente a biopolítica acompanha o desenvolvimento das tecnologias informacionais e de comunicação, servindo estas de aparato técnico para os novos aparelhos de controle. O que é importante agora não é mais tanto forjar o bom operário, mas o consumidor por meio da produção de subjetividades que aticem necessidades e relações sociais – que os próprios indivíduos sejam produtores de desejo, e este seja mercantilizável – portanto, uma *economia libidinal*.

Certamente o contexto contemporâneo é o mais significativo para a biopolítica. O neoliberalismo, a acumulação flexível, o trabalho simbólico, o capital financeiro, esse meio social em que, segundo Deleuze (1992), nunca se termina nada, pois tudo se torna obsoleto rapidamente. Com o desmantelamento do Estado de bem-estar social a reprodução da vida se dá pelo crédito – fator primordial da crise atual – e se reduz toda a relação social e concepção de liberdade à liberdade de mercado. Diferentemente do liberalismo do *laissez-faire*, que visava limitar o poder do Estado com vistas a deixar o mercado florescer por si só, o neoliberalismo mobiliza o Estado a comportar-se como o mercado (Soss, Fording & Schram, 2011), o que é evidente nas reformas da administração pública e no cumprimento do receituário de austeridade do Consenso de Washington ao longo dos últimos trinta anos.

É esta adesão dos Estados-Nação à ordem mercadológica que faz Hardt & Negri (2001) falarem agora de um Império que corresponde a uma forma de poder supranacional que instaura a produção de normas a partir de uma noção específica de direito que o autoriza a intervir em nome da paz, do equilíbrio e da justiça. O Império a que estes autores se referem não se restringe ao poder norte-americano, mas conjuga um complexo de instituições que exercem a prerrogativa da autoridade imperial – desde organismos multilaterais a ONG's humanitárias. Eis o que Erik Swyngedouw (2011) chama de o ambiente *pós-político* neoliberal, que, suprimindo o dissenso característico do espaço público, o substitui pelo consenso forjado por um conjunto de organizações não democráticas.

Todo esse contexto nos permite compreender a responsabilidade social contemporânea e as demais formas de falsa generosidade em operação atualmente. Se na sociedade disciplinar se voltava à extração de mais-valia absoluta, agora o que assistimos são as estratégias voltadas à mais-valia relativa, seja barateando bens salariais (incluindo o contingente pobre do mundo subdesenvolvido no consumo ao passo que barateia a mão-de-obra menos qualificada), seja produzindo superlucro por meio de inovações tecnológicas.

Relativo a isto temos o caso dos Negócios Inclusivos ou Negócios na Base da Pirâmide (Prahalad, 2005), voltados para os dois terços mais pobres da população mundial, especialmente aqueles dos países emergentes; a *disruptive innovation* (Garriga & Méle, 2004), com inovação de produtos voltados para o público de baixa renda; e a *reverse innovation* (Immelt, Govindarajan & Trimble, 2009), utilizando-se do conhecimento produzido nos países emergentes para produzir inovações. Neste sentido é que um conjunto de setores estreitamente vinculados à biopolítica,

como o de TI (tecnologias informacionais), farmacêutica e biotecnologia em geral, realizam os seus programas de responsabilidade social, tomando partido do desenvolvimento geográfico desigual.

Para tanto é mobilizada a retórica da falsa generosidade que, apoiada na autoridade “imperial” de intervenção, propõe-se a gerir as tensões e os conflitos, inclusive em suas dimensões estritamente espaciais. As forças do Império, tal como nos apresentam Hardt & Negri (2001), são representadas pelos organismos multilaterais, pelos fóruns econômicos, pelas ONG’s globais e especialmente pelas corporações multinacionais, de forma que se incorpore um projeto global de poder que se compraz numa produção de verdades e de direitos.

Não é, pois, mistério algum o fato de acadêmicos da área de RSE tratarem de *Redes Globais de Políticas Públicas* (Detomasi, 2007), formadas pelos atores acima listados, nem muito menos é alguma surpresa os programas especiais do Fundo Monetário Internacional, do Fórum Econômico Mundial, do Banco Mundial, da União Europeia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas voltados para o tema da responsabilidade social e da sustentabilidade. A repetição ano a ano da temática nos fóruns e congressos específicos ao tema aglutinam governos, bancos de desenvolvimento, ONG’s, empresas e universidades no propósito de reproduzirem a matriz discursiva “generosa”, o que ao passo que constitui um paradoxo (como os culpados das injustiças sociais e ambientais podem ser os redentores do mundo?) ergue a temática ao nível de um poder-saber que se institucionaliza na academia, nos *think-tanks* e, propositalmente, no senso comum.

Como ator-chave dessa rede que constitui o Império está o Estado neoliberal posto a subsidiar atores do mercado, estabilizar os mercados, promover o lucro, absorver as perdas e expandir as relações mercadológicas, de modo que o Estado seja o encarregado de nutrir a racionalidade de mercado por si mesma (Soss, Fording & Schram, 2011). Nesse Estado neoliberal:

“o cidadão democrático, posicionado como quem deve agir em concerto com os outros para atingir os resultados almejados, é redefinido como um consumidor, trabalhador, pagador de impostos para o Estado (...) ele é encorajado a ajudar os outros, não pela decisão de como organizar suas comunidades de uma determinada forma, mas ao realizar trabalhos individuais como voluntários, doação para a caridade e virtuosos provedores de serviços” (Soss, Fording & Schram, 2011 – p. 22).

É o que Milton Santos (1987) chama da passagem do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito, o que enfraquece o próprio conteúdo da *cidadania empresarial* ao reduzir a atividade política ao voluntariado e à caridade – portanto, falsa generosidade como instrumento de despolitização das crises sociais e ambientais. Essa cidadania neoliberal tem valorizado a autodisciplina como *sine qua non* de liberdade. Indivíduos, neste ponto de vista, têm uma obrigação moral e política de agir como empreendedores disciplinados. Os sujeitos devem, portanto, agir com prudência, tal como o *homo oeconomicus* de que fala Karel Kosik (1976). Isto tem consequências ao reduzir as dimensões dos problemas sociais a meras questões de escolha

pessoal. Tal prudência exerce o papel autodisciplinar que é o que conecta o neoliberalismo ao neopaternalismo contemporâneo (Soss, Fording & Schram, 2011).

Essa delimitação dos indivíduos faz parte da reestruturação do sistema dominante por meio de redes de negociação-dominância em suas distintas combinações, tais como “processos de cooptação, de persuasão, de estímulo, de mediação, de coisificação, de reificação, de corrupção, de castigo, de discriminação, de intimidação, de penalização, de expulsão, de autodestruição, de eliminação” (Casanova, 2006 – p. 124); que maximizam o poder dominante como posse (soberania do Império), maximizando também os seus benefícios como lucro (uso do excedente como meio de controle).

O sistema dominante redefine-se e reestrutura-se para maximizar seus ganhos; também redefine e reestrutura os indivíduos, grupos e conjuntos considerados como líderes, clientelas, massas, como elites associadas e subalternas, empresariais e políticas, ou como ativistas de partidos, ou como cidadãos, ou como comandos de organizações não-governamentais da sociedade civil ou etnias, ou como uniões, sindicatos, trabalhadores; ou como professores, pesquisadores, estudantes; ou como trabalhadores de colarinho branco, ou como trabalhadores simbólicos dos meios de comunicação; ou como delinquentes, ou como terroristas (Casanova, 2006 – p. 123-4).

A proposta, portanto, de uma cidadania e sustentabilidade empresariais correspondem a uma cidadania e sustentabilidade neoliberais que reestruturam as formas de controle associando um neopaternalismo às formas de falsa generosidade que embasam tal cidadania capenga. Como Milton Santos (2000) denunciara, as políticas sociais ficam agora subordinadas ao cálculo financeiro das firmas e do dito terceiro setor que forjam essa biopolítica neoliberal pautada numa gestão da pobreza por meio das intervenções humanitárias, da responsabilidade social das empresas e da inclusão ao mercado pelo crédito e estímulo ao consumo; e pela gestão da natureza que manipula no mercado a biogenética e o elemento fundamental da vida, a água.

No ocaso do Estado do bem-estar social e no auge do Estado neoliberal, as políticas caritativas, assistencialistas, que não obedecem a um direito reconhecido às populações beneficiadas e exigentes, mas sim a um espírito altruísta dos mecenas e benfeitores a favor dos ‘pobres’, marcam o nível mais baixo da negociação como dominação... (Casanova, 2006 – p. 125).

Essa gestão da pobreza e sua cidadania neoliberal marcam, desse modo, o mecanismo de controle que se ajusta à produção globalizada flexível, cujo reparo espacial entrevê um ordenamento territorial, dado o movimento do capital para os mercados emergentes.

3. A Gestão das Tensões Espaciais

Se o “modo de produção de uma sociedade é o modo de produção do seu espaço” (Santos *apud* Moreira, 2007) as bases espaciais da sociedade de classes no capitalismo compartilham em

seu conteúdo das mesmas contradições. As práticas espaciais da sociedade produzem e organizam o espaço num movimento que Ruy Moreira (2001; 2007) nos apresenta em três momentos: fase da montagem (seletividade), fase do desenvolvimento (estabelecimento das tensões) e fase do desdobramento, que se reestabelece na reestruturação socioespacial.

O espaço vai se organizando num arranjo espacial que resguarda a relação fundamental da localização-distribuição, de forma a conter o princípio da tensão espacial. A seletividade, em confronto com a diversidade, seleciona o meio mais eficiente (Ellul, 1964) e assim os lugares se relacionam no arranjo por meio de uma coabitação. “A coabitação é uma relação de convivência tensa” (Moreira, 2007 - p. 76) e é dessa tensão que nasce o ordenamento do território como “administração geográfica da sociedade”, como política das *tensões espaciais*.

O poder qualifica o território a partir da regulação que se satisfaz da dialética das tensões, encontrando a sua foz na *posição*. Sendo essa regulação uma regulação de conflito, que subjaz uma hierarquização espacial, constringendo a posição alheia, promove-se determinado ordenamento territorial. Forja-se, desse modo, uma integração funcional do território por meio de uma “tecnologia do arranjo”, ou, como trata Jacques Ellul (1964), uma técnica de organização, que produz a standardização e racionalização da vida social. A organização que controla o território prescreve o comportamento dos corpos e restringe o acesso, a luta se faz na contenção do imprevisível, do aleatório e da incerteza, sem certamente deixar de conter fissuras e acirrar as tensões.

No capitalismo contemporâneo essa política das tensões espaciais se reformula em face das reestruturações político-institucionais, tecnológicas e socioespaciais. David Harvey (1989) nos mostra de maneira bastante oportuna o papel de um deslocamento espaço-temporal como forma de gerir os efeitos da crise fordista. A acumulação flexível precisa acionar uma solução temporal (mercado de futuros), o que implica endividamento, especialmente dos trabalhadores; e uma solução espacial, que significa um movimento para a periferia do sistema e a exportação de capital para esse. Não sem mistérios que as fissuras deixam emergir novamente uma crise, e a história se repete ao se prescreverem as mesmas soluções de quarenta anos atrás.

O que o momento atual nos parece deixar evidente é como o avanço político das empresas tem se dado exatamente pela supressão do ambiente político do dissenso, de forma que seu protagonismo se dê por meio de soluções consensuais aos problemas sociais, que transcendem o espaço político democrático. É aqui que a responsabilidade social empresarial, articuladas às ações mais amplas do terceiro setor, torna-se ferramenta política primordial deste processo de despolitização, passando da *política* para a *gestão* das tensões espaciais.

Neste ambiente, tal como se fetichizam os conceitos de cidadania e sustentabilidade, a conformação de um espaço racional, instrumentalizado para a eficiência do ordenamento territorial a partir de uma determinada métrica (métrica de *aménagement*), em acordo com a matriz discursiva da RSE, fetichiza também o espaço, visivelmente no caso da comunidade. Esta perde

MACHADO, T.A. A falsa generosidade para a gestão das tensões espaciais – a responsabilidade social empresarial (RSE) e a cidadania neoliberal. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº1 p.65-79, jan./jul. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

todo o seu conteúdo social para desempenhar um papel de ponto no território – localização de um contingente de pobres. A comunidade da qual as empresas tanto falam quando apresentam seus programas sociais é mais um conceito dessa “epistemologia”/psicosfera empresarial que serve à reprodução ideológica da pseudoconcreticidade.

Se Ruy Moreira opõe à comunidade a sociedade de classes; e se considerarmos que a falsa generosidade, da qual a RSE faz parte, como uma gestão das tensões classistas do espaço; controlar ou mesmo minar as formas de organização socioespacial comunitárias são de grande valia para a efetividade dos compromissos assumidos pelas empresas. Isso já é uma crítica a se fazer ao urbanismo desde muito tempo – fazer uma gestão urbana desleixada ao vivido – e não coincidentemente a história se repete sob a égide da política neoliberal das ONG’s e das empresas *cidadãs*.

Ainda assim, necessitamos de uma leitura transescalar, que compreenda os processos de reescalonamento da economia e da política sem cair nas ciladas “assassinas” tanto da região quanto do território nacional. A comunidade, agora elevada ao nível de *stakeholder*, leva consigo um conjunto de outras escalas consideradas no processo de ordenamento territorial. Atividades em determinadas escalas servem para ativar o acesso e uso de outras escalas e, assim, se realiza um jogo político – no qual se arranjam os mais diversos agentes do Império (organismos multilaterais, consultorias internacional, ONG’s, governos dos diversos entes federativos, associações de moradores, lideranças locais, mídia, etc.) – num jogo territorial que administra diversas escalas.

Isso ganha um amplo sentido metodológico, inclusive, ao tomarmos como ponto de partida as barreiras potenciais à acumulação do capital que David Harvey (2010) apresenta em seu *Enigma do Capital*.

1. Capital inicial insuficiente;
2. Escassez ou dificuldades políticas com a oferta da força de trabalho;
3. Meios de produção inadequados, inclusive os “limites naturais”;
4. Formas organizacionais e tecnológicas inapropriadas;
5. Resistência ou ineficiência no processo de trabalho;
6. Deficiência de demanda.

As atividades de responsabilidade social, e todo o mundo da pseudoconcreticidade construído sobre as bases da cidadania neoliberal, tem por finalidade superar as barreiras à acumulação do capital, o que tem por condição fazer a gestão das tensões espaciais decorrentes. A própria questão do capital inicial insuficiente remete às formas atuais de acumulação por espoliação, de forma que a acumulação primitiva de capital libere terra e força de trabalho ao passo que resolve a questão do capital inicial por meio do vínculo Estado/finanças. Não em vão que as instituições financeiras multilaterais, assim como os próprios bancos, tenham seus programas e linhas de créditos sustentáveis. Além do mais, as carteiras de investimentos em empresas sustentáveis levaram à criação de Índices de Sustentabilidade, tal como o Índice de

MACHADO, T.A. A falsa generosidade para a gestão das tensões espaciais – a responsabilidade social empresarial (RSE) e a cidadania neoliberal. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº1 p.65-79, jan./jul. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa – e o *Dow Jones Sustainability Index* em Nova Iorque.

A superação de cada barreira leva a uma gestão em conjunto com a superação de outras. A exportação de capital para as regiões mais pobres ou em desenvolvimento tenta resolver a questão da oferta de mão-de-obra barata, de meios de produção adequados (o caso da indústria do agronegócio associa a necessidade por terra, desenvolvimento tecnológico em associação com instituições locais e a necessidade de mão-de-obra barata liberada pela proletarização de camponeses), da oferta de matéria-prima e do desenvolvimento tecnológico.

No que tange à oferta e disciplinarização da força de trabalho a responsabilidade social atua sobre o treinamento e seleção, e o próprio movimento do capital para as regiões periféricas serve para estabilizar o custo da mão-de-obra. A questão tecnológica e organizacional leva aos mercados emergentes a produção em escala, forjando o fordismo periférico, ao passo que se utiliza dos cérebros e infraestrutura de produção de conhecimento a seu benefício, além da questão do bio-etno-conhecimento e tudo mais que envolve inovação e biodiversidade. É o caso, por exemplo, da Natura e sua atuação sustentável sobre comunidades tradicionais na Amazônia com a finalidade de suprimento e utilidade de matéria-prima para produtos cosméticos.

Empresas multinacionais da área de TI, como a Microsoft, instalam em países emergentes, especialmente Brasil, Índia e China, centros de inovação na expectativa de efeitos tais como os expressos na corrente da *reverse innovation*. Da mesma forma a indústria farmacêutica põe seus programas de responsabilidade social a funcionar para assegurar o desenvolvimento de conhecimento sobre os seus produtos (a um nível bastante alto, dada a questão em volta da propriedade intelectual e das patentes) e do mercado consumidor. Denúncias acerca do uso de pacientes de países africanos pobres como cobaias humanas para a indústria farmacêutica envolviam, inclusive, empresas que apresentavam “rígidos” códigos de conduta e programas de cidadania empresarial.

Finalmente, a barreira relativa à deficiência da demanda engloba uma grande diversidade de estratégias de responsabilidade social, incluindo – mesmo que precariamente – o grande contingente pobre dos países em desenvolvimento no mundo do consumo. É a estratégia mais propriamente vinculada à produção biopolítica dos desejos, inclusive o de ser sustentável, que envolve a totalidade das práticas de *greenwash* (uso de retórica sustentável que não corresponde à prática da empresa). Está inserida na lógica do consumo pelo crédito – consumo que o é a todo tipo de atividade social, especialmente os serviços públicos, que por meio dos regimes de concessão obedecem à condição neoliberal da privatização. Na superação dessa barreira à acumulação capitalista está também inserida a economia dos “negócios inclusivos” ou da “base da pirâmide” – a qual é a grande tática de mercado, por exemplo, da grande indústria de alimentos e das redes multinacionais de supermercados. É por isso que depois da “pacificação” de algumas

favelas no Rio de Janeiro a Nestlé e a Walmart passaram a atuar nessas áreas por meio dos seus programas sociais.

A compreensão empreendida aqui é, desse modo, a de que o sistema de solidariedade do capital – entendido como falsa generosidade – se põe a fazer a gestão das tensões espaciais resultantes do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo dadas as barreiras à acumulação do capital. O próprio entendimento da literatura acerca da *empresa global* praticante da responsabilidade social é aquela que atua no seu *core business* (segmento de mercado), que se volta para o mercado emergente e que atua *glocalmente* (Post, 2000; Pereira, 2007), evidenciando assim a importância da escala como instrumento metodológico e político na gestão das tensões e da responsabilidade social como forma de atuar sobre o mercado.

4. Considerações Finais – da Generosidade Fetichizada à Construção da Justiça Espacial

Necessariamente a construção espacial das sociedades vai produzir diferenças, e aí está a riqueza da dialética espacial, como aí o está seu fundamento ontológico, tal como nos alerta Ruy Moreira. O que nos inquieta é a forma como tais diferenças são ajustadas e postas a serviço da acumulação do capital, produzindo aí desigualdades espaciais. É o que Ruy Moreira trata a partir da coabitação e que Edward Soja (2011), dentre outros, pensa como justiça/injustiça espacial.

Apesar da retórica e mesmo dos esforços genuínos de diversas instituições, vemos a responsabilidade social e toda a mobilização em torno do terceiro setor – e que aqui concluímos como integrantes do “Império” de que falam Hardt & Negri (2001) e do ambiente *pós-político neoliberal* de que trata Erik Swyngedouw (2011) – como uma solidariedade interesseira, travestida de generosidade, que mesmo com uma retórica produtora de uma “justiça”, ao nível da realidade reforça as desigualdades que se afirmam como injustiças espaciais. Dessa forma, à medida que as empresas ampliam com isso a sua multiterritorialidade, produzem a precarização socioespacial que bem caracteriza as injustiças espaciais em questão (Haesbaert, 2007).

Essa negociação-dominação, como prefere Pablo Casanova (2006), faz a gestão das tensões espaciais pelo artifício da coabitação de conflito, em que a gestão destes lança mão da coerção de diversas naturezas, especialmente uma coerção “generosa”. Esta cria o mundo da pseudoconcreticidade ao fetichizar não só a liberdade e a igualdade, mas o próprio espaço enquanto produto do trabalho do homem dele alienado. A gestão das tensões espaciais coercitiva é a manipulação da perpétua relação interrompida entre o homem e seu trabalho, entre o homem e a natureza, e, portanto, entre o homem e seu espaço.

Só quando este intercâmbio é retomado é que uma política democrática das tensões espaciais pode se efetivar enquanto justiça espacial que signifique coabitação dos homens no espaço pautada na equidade. As lutas sociais, desse modo, devem mirar para além da sobrevivência concedida pelo capital por meio de sua produção biopolítica, mas estabelecer uma

solidariedade dos oprimidos, que tal como tratava Paulo Freire, construiu o caminho da libertação dos sujeitos históricos que têm em si marcada a experiência da opressão. Só assim que a vocação do *ser mais*, como Paulo Freire se referia ao *ser genérico* do homem para Marx, pode se realizar, pois o processo de humanização do homem depende de uma radical justiça espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASANOVA, P.G. As Novas Ciências e as Humanidades: da política à academia. São Paulo: Boitempo, 2006.
- COMTE-SPONVILLE, A. O Pequeno Tratado das Grandes Virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- EAGLETON, T. Ideologia. São Paulo: Boitempo e Editora Unesp, 1997.
- ELLUL, J. The Technological Society. New York: Vintage Books, 1964.
- FOUCAULT, M. Soberania e Poder. In: Metafísica do Poder, Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Vigiante e Punir – nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARRIGA, E.; MELÉ, D. “Corporate social responsibility theories: Mapping the territory”. In: Journal of Business Ethics. 53: 51-71, 2004.
- GOLDMANN, L. Origem da Dialética: A Comunidade Humana e o Universo em Kant. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade”. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HARDT, M.; NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. The Limits to Capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- _____. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- _____. The Enigma of Capital and the crisis of capitalism. New York: Oxford, 2010.
- IMMELT, J. R.; GOVINDARAJAN, V.; TRIMBLE, C. How GE is disrupting itself? Harvard Business Review. October, 2009.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. GEOgraphia, ano III, nº 5, 2001.
- _____. “O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa”. In: OLIVEIRA, M.P; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- PEREIRA, E.A.A. A empresa e o lugar na globalização: A “Responsabilidade Social Empresarial” no território brasileiro. Dissertação de mestrado do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2007.
- POST, J. Moving from Geographic to Virtual Communities – Global Corporate Citizenship in a Dot.com World. Business and Society Review, 105:1, 27-46, 2000.

PRAHALAD, C.K. A Riqueza na Base da Pirâmide. São Paulo: Artmed Editora, 2005.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Edusp, 1996.

_____. Por uma outra globalização. Rio Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

SCOTT, J. Los dominados y el arte de la resistencia. Mexico D. C.: Ediciones Era, 2000.

SOJA, E. Seeking Spatial Justice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

SOSS, J; FORDING, RC.; SCHRAM, S.F. Disciplining the Poor – Neoliberal Paternalism and the Persistent Power of Race. Chicago: University of Chicago, 2011.

SWYNGEDOUW, E. Interrogating post-democratizations: Reclaiming egalitarian political spaces. Political Geography, 30, 370-380, 2011.